

A LITERACIA FINANCEIRA EM DISCUSSÃO

Adriana Stefanello Somavilla
Instituto Federal do Paraná (IFPR)/Campus Foz do Iguaçu
adriana.soma@ifpr.edu.br

Carla Renata Garcia Xavier da Silva
Instituto Federal do Paraná (IFPR)/Campus Foz do Iguaçu
carla.silva@ifpr.edu.br

Tânia Stella Bassoi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus de Cascavel
tstellabassoi@gmail.com

Resumo:

Ao definir a literacia financeira como uma habilidade do uso da leitura e escrita para compreender e agir frente à conjuntura econômica, esta deveria ser uma habilidade essencial ao cotidiano dos cidadãos. Nesse aspecto, a carência de uma formação nessa competência pode ser revista com a inserção das disciplinas de Educação Financeira e Matemática Financeira nos diversos níveis de ensino, sugerida pela Base Nacional Comum Curricular. Este texto objetiva avaliar as indicações e influências legais na difusão e implantação da educação financeira nos currículos escolares. E ainda, na disseminação da literacia financeira como parte de uma educação para a cidadania e no desenvolvimento de competências financeiras individuais e coletivas o espaço escolar é o lugar para a formação financeira dos cidadãos. Para tanto, ao ministrar uma disciplina com tal perfil não se pode negligenciar a formação do professor nesta perspectiva.

Palavras-chave: Educação Financeira; Literacia Financeira; Matemática Financeira.

1. Introdução

A disciplina de Educação Financeira está incluída na maioria dos currículos escolares dos países desenvolvidos. No Brasil, apesar de ser um assunto de relevância social-econômica, o ensino de como administrar os recursos financeiros, não consta no projeto político-pedagógico das escolas públicas. Tão preocupante quanto à ausência de uma formação financeira no contexto escolar, está a situação de desconhecimento sobre tal assunto pela maioria dos cidadãos brasileiros.

A abordagem do tema Educação Financeira nas escolas, desde o ensino infantil, é um das recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com essa finalidade e com a instituição da Estratégia Nacional de Educação

Financeira (ENEF), as instituições de ensino foram incentivadas a inserir o assunto no cotidiano dos alunos. Destaca-se ainda o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) como uma das iniciativas da OCDE no campo da educação. Uma nova proposta de avaliação do PISA inclui um tópico sobre conhecimentos financeiros.

Nesse contexto, a legislação educacional em todas as esferas e níveis de ensino, busca promover melhorias no conhecimento financeiro dos brasileiros. A iniciativa do projeto piloto nas escolas públicas do governo federal e o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNC) podem contribuir para uma análise dos componentes curriculares da Educação Básica no Brasil. O texto prévio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem como base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, além das demais diretrizes, documentos curriculares dos municípios e estados, e os conhecimentos das diversas áreas da educação básica.

Sabe-se que a existência de uma BNCC não é suficiente para melhorias da educação como um todo, porém, pode ser um caminho tanto para a discussão sobre a ausência de uma formação financeira, quanto para a criação de políticas públicas ligadas a formação de professores, condições de trabalho e aprendizagem, entre outros.

Assim, esse texto destaca a importância da Educação Financeira e da Matemática Financeira, inseridas como disciplinas curriculares na Educação Básica. Além disso, o ambiente escolar é fundamental para melhorar o conhecimento financeiro dos cidadãos, promovendo o desenvolvimento de competências financeiras individuais e coletivas e, numa perspectiva da educação holística, formar cidadãos responsáveis e preparados para os desafios da vida.

2. A Literacia Financeira no contexto atual

O termo literacia é pouco utilizado no Brasil e é definido pela capacidade de usar a leitura e a escrita para desenvolver as potencialidades individuais, como forma de obter conhecimentos e participar ativamente na sociedade. Em sua dissertação de mestrado, SANTOS (2015)¹ afirma que o termo literacia é mais que um conceito e embora sua utilização seja recente, o autor afirma que há mais de 3.200 anos a literacia é reconhecida

¹ Disponível em: <<http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10539/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Literacia%20Financeirac-Vers%C3%A3o%20Final.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2016

como um importante ativo econômico e social, como revela o papiro encontrado em Tebas, datado de 1.210 A.C.

Nessa direção, Stripling e Eric (1992) afirmam que “[...] ser capaz de ler não define a literacia no complexo mundo de hoje”. Para os autores, a “literacia significa ser capaz de perceber bem ideias novas para as usar quando necessárias. Literacia significa saber como aprender”.

Da mesma forma, e com perspectivas de uma educação que possibilite o exercício pleno da cidadania, o autor D’Ambrósio (2002) identifica a literacia, como um dos três elementos que chama de *trivium* para a nova era: literacia, materacia e tecnocracia.

LITERACIA: a capacidade de processar informação escrita e falada, o que inclui leitura, escritura, cálculo, diálogo, ecálogo, mídia, Internet na vida quotidiana [Instrumentos Comunicativos]. (D’AMBROSIO, 2002, p. 66-67)

Nesse sentido, o termo literacia financeira surge como uma habilidade fundamental no cotidiano dos cidadãos e, como um conceito novo e não universal, faz parte de um processo que vai se moldando às mudanças no contexto econômico, social e educacional. No Referencial de Educação Financeira² de Portugal, a definição de literacia financeira é apresentada, segundo Larry Orton (2007), como sendo ligada à capacidade de ler, analisar, gerir e comunicar sobre a condição financeira pessoal e à forma como esta afeta o seu bem-estar material. Além disso, inclui a capacidade de decidir entre escolhas financeiras, discutir assuntos financeiros e monetários sem desconforto, planejar o futuro e responder de forma competente às situações do dia-a-dia que envolvem decisões financeiras, incluindo acontecimentos na economia global.

Nesse rumo, percebe-se uma inquietação mundial quanto ao nível de literacia financeira dos cidadãos. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional composta por 34 países e promove políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e o bem estar social ao redor do mundo. Sua recomendação quanto à educação financeira é que o tema comece ser abordado o mais cedo possível nas escolas.

² Disponível em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Referenciais/referencial_de_educacao_financeira_final_versao_port.pdf . Acesso em 2 de março 2016

O *Programme for International Student Assessment (PISA)* - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes é uma das iniciativas da OCDE no campo educacional. Com essa preocupação, o tópico literacia financeira foi incluído na nova proposta de avaliação do PISA a partir do ano de 2012. Participaram 29 mil jovens de 15 anos, de 18 países e economias pertencentes a OCDE, respondendo questões sobre conhecimentos em finanças. Nesse processo de avaliação comparada, foi utilizada uma escala de conhecimentos, de 1 a 5, sendo que os alunos que atingiram o nível um, conseguiram identificar produtos financeiros e interpretar informação básica no que toca a conceitos, além de reconhecerem a diferença entre necessidade e desejo no que concerne às decisões dos gastos diários. Já os alunos que atingiram o máximo (nível cinco), conseguiram analisar produtos financeiros complexos e resolverem problemas não rotineiros: potenciais vantagens de certas decisões financeiras. Os resultados da primeira avaliação do PISA³ nessa área mostram que 94% dos alunos alcançam apenas o nível um, 83% atingiram o nível dois, 60% o nível três, e para os níveis quatro e cinco, 32% e 10% respectivamente. Portanto, ao fazer uma análise simplista sobre o percentual apresentado, em que 94% alcançaram o nível um, é alarmante o nível de literacia financeira mundial. As questões propostas no PISA foram contextualizadas ao cotidiano, por exemplo, a comparação do preço de legumes vendidos em caixa e ao quilo, percepção das vantagens e desvantagens de comprar de uma ou outra forma, análise das condições de um empréstimo adquirido, distinção do salário bruto do líquido no recibo do vencimento mensal, etc. Esses jovens, provavelmente possuem poucos conhecimentos básicos para tomar decisões sobre gastos diários, nem entendem faturas ou mesmo conseguem aplicar as operações numéricas básicas.

Nesse primeiro estudo do PISA, uma das conclusões da OCDE aponta uma correlação positiva entre as competências de literacia financeira e as competências de leitura e matemática. Ou seja, os jovens que alcançaram bons níveis em literacia financeira foram bem avaliados também nas áreas tradicionalmente testadas nessa avaliação internacional: matemática e leitura.

Nesse cenário, seguindo a orientação da OCDE sobre a inserção da educação financeira nas escolas, pelo Decreto nº 7.397 de 22 de dezembro de 2010, foi instituída a

³ Dados disponíveis em <<http://www.educare.pt/noticias/noticia/ver/?id=29262>>. Acesso em 25 fev. 2016.

Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)⁴, com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. Assim, a criação do ENEF incentivou as instituições de ensino a inserirem o tema no cotidiano dos alunos. Além disso, o programa de governo federal instituiu um projeto piloto em 891 escolas públicas de ensino médio no Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Tocantins e Distrito Federal) entre agosto de 2010 e dezembro de 2011, abrangendo aproximadamente 27 mil estudantes e 1200 professores. Nesse programa, a educação financeira foi tratada como um tema transversal no currículo escolar dos jovens, sendo abordada em 72 situações didáticas nas aulas de português, matemática, história, ciências, geografia, entre outras. Foi feita ainda uma avaliação antes e depois da aplicação dos materiais, sendo aplicados questionários aos alunos, aos professores e aos pais ou responsáveis. Para os alunos, os instrumentos foram desenvolvidos para fornecer medidas sobre: Educação financeira, Autonomia financeira e Intenção de poupar.⁵

Segundo o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial, os benefícios desse projeto foram apontados no relatório *The impact of high school financial education – experimental evidence from Brasil*⁶. Assim, os alunos que participaram dele lidaram melhor com o uso do dinheiro para compras ou poupança, em comparação aos estudantes que não tiveram acesso à iniciativa, conforme mostra a Figura 1.

Diante do exposto, cabe ressaltar que o projeto piloto foi aplicado somente para jovens do ensino médio e, embora tenha um movimento de incentivo para abordar o tema educação financeira nas escolas, os Ensinos Infantil e Fundamental não tiveram a oportunidade de participar do projeto em questão.

Para a educadora Sueli Teixeira Mello, presidente do Grupo de Apoio Pedagógico do Comitê Nacional de Educação, quanto aos resultados do projeto, afirma que a meta agora é replicar essa experiência em toda a rede de ensino público. “A intenção”, segundo ela, “não é

⁴ O site oficial da ENEF é o portal Vida e Dinheiro, disponível em <<http://www.vidaedinheiro.gov.br>>. Acesso em: 21 maio 2014.

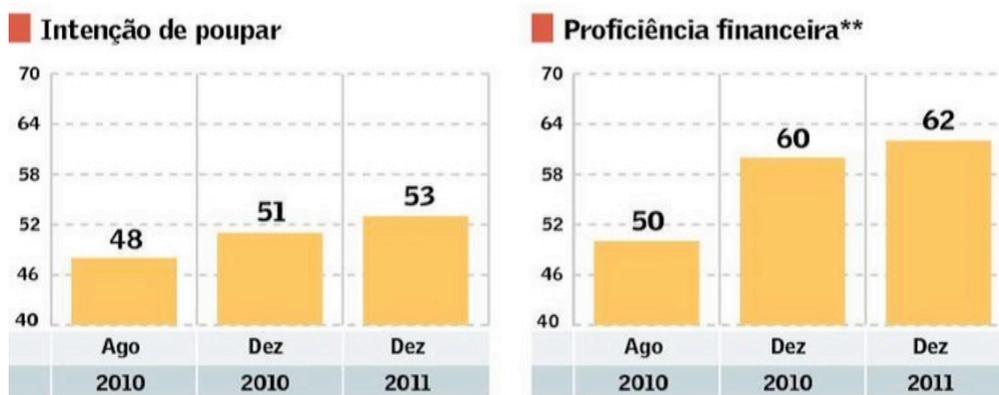
⁵ Parágrafo pertencente ao artigo submetido à Revista Caminho Aberto – Revista de Extensão do IFSC. Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/index>>.

⁶ Tradução: O impacto da educação financeira no ensino médio – a experiência do Brasil.

de introduzir a disciplina de educação financeira, mas sim de integrá-la ao conjunto de conteúdos”.⁷

Mudança de hábito

Os primeiros resultados da Estratégia Nacional de Educação Financeira*



Fonte: Enef e Banco Mundial * Notas atribuídas de acordo com sistema de avaliação desenvolvido com escala entre 0 e 100 pontos; **Medida do conhecimento financeiro dos participantes do projeto

Figura 1: Resultados da Estratégia Nacional de Educação Financeira
FONTE: Site Educar para Investir⁸

Já para o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), criado em 2010 com a atribuição de coordenar a execução e definir planos, programas e ações da ENEF, a escola seria o espaço ideal na promoção da educação financeira, que deve ser desenvolvida como tema transversal e em diálogo com as outras disciplinas do ensino médio e fundamental.

Em 2004, embora o termo literacia financeira não fosse conhecido, houve uma proposta de inserção da disciplina Educação Financeira, no Projeto de lei Nº 3.401-A:

O ilustre Deputado Lobbe Neto propõe a criação da disciplina Educação financeira a ser introduzida nos currículos das últimas quatro séries do ensino fundamental e no ensino médio. Argumenta o ilustre proponente, sobre a responsabilidade da educação básica na formação do aluno para o exercício da cidadania em consonância com as demandas da sociedade. (BRASIL, 2006, p. 29982)

⁷ Entrevista acessível no Portal do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=20289:educacao-financieira-e-tema-de-projeto-piloto-entre-estudante>> . Acesso em: 25 fev. 2016

⁸ Portal Educar para Investir – Educação Financeira. Disponível em: <<http://www.educarparainvestir.com.br/2015/02/estrategia-nacional-educacao-financieira-enef-educarparainvestir.html>> Acesso em: 10 março 2015

Como resposta, o relator do projeto Deputado Nilson Pinto, enfatizou a procedência dos argumentos do projeto e a concordância com o mesmo. Porém, como justificativa cita o artigo 26, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB):

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996)

Em decorrência desse fato, o relator cita a relevância da matéria e, por unanimidade, o Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído o tema Educação Financeira no conteúdo da disciplina de matemática, nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, e do ensino médio. (BRASIL, 2004)

Após muitas análises e alterações, o Projeto de lei é aprovado pela Comissão de Educação e Cultura, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somente no dia 15 de julho de 2009, ou seja, cinco anos após sua proposição. Dessa forma, o tópico Educação Financeira ficou incluído na disciplina de Matemática das séries finais do ensino fundamental. Já no ensino médio, foi inserido um capítulo sobre noções de Matemática Financeira, o que na prática não proporciona uma interação efetiva entre a Matemática e o contexto financeiro que o aluno está inserido. Referente a isso, o autor Nascimento (2004) destaca algumas hipóteses que contribuem para essa indiferença em relação ao assunto:

(...) constatamos um descompasso entre a opinião dos professores de Matemática, que consideram a Matemática Financeira como um tema importante para a formação dos alunos e o fato de que não a selecionam como um conteúdo a ser trabalhado, com razoável destaque, nas turmas de Ensino Médio. Uma hipótese para compreender essa decisão dos professores pode estar localizada nos programas e provas dos vestibulares, que não priorizam esse tema, mas que, infelizmente acabam orientando o que se ensina nessa etapa dos vestibulares. Outro fator que concorre para a não abordagem dos tópicos de Matemática Financeira de forma mais coerente com algumas tendências da Educação Matemática – sejam as ideias veiculadas por teorias como as da etnomatemática, da modelagem, dos projetos de trabalho, dentre outras – é a pouca atenção dada ao tema pelos livros didáticos. Há ainda a questão referente à formação dos professores de Matemática que, de modo geral, não têm em sua formação inicial, nos cursos de Licenciatura, estudos sobre o tema nem sobre suas possíveis abordagens.” (NASCIMENTO, 2004, p. 123)

Nesse aspecto, no que se refere à formação de professores de matemática o que chama a atenção, é a ausência de discussões quanto à inserção da disciplina de Matemática Financeira nos cursos de Licenciatura em Matemática no Brasil. Parece incoerente, pois como um professor que não teve em sua formação inicial a Educação Financeira ou a Matemática

Financeira poderia colaborar de maneira efetiva para a aprendizagem financeira e tomada de decisões dos alunos?

Infelizmente a decisão em relação ao projeto de lei anterior não seguiu a proposta inicial, que recomendava a inclusão da disciplina de Educação Financeira. Entretanto, ao fazer uma análise da realidade financeira da maioria dos brasileiros, percebe-se que o consumo imediatista e impulsivo está associado ao comportamento, gerando uma confusão entre desejos e necessidades. Segundo os dados da pesquisa de Endividamento e Inadimplência do consumidor, houve um crescimento de 7,5% do número médio de famílias endividadas, com o percentual de endividamento alcançando a média anual de 62,5% do total das famílias brasileiras. A mesma pesquisa mostra ainda que a média anual de percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso e do percentual sem condições de pagar seus débitos foi de 21,2% e 6,9% do total de famílias respectivamente (CNC, 2014).

Desse modo, a literacia financeira deveria ser promovida no contexto escolar, em todos os níveis de ensino. A autora Liana Ribeiro dos Santos, reforça essa ideia:

Portanto, para significativa parcela da sociedade, a educação financeira revela-se um instrumento necessário para preparar essas pessoas para os desafios do complexo mundo financeiro que hoje se apresenta. Diante da diversidade de ofertas inerentes ao estágio atual dos mercados e da crescente inclusão de pessoas com maior capacidade financeira, é necessário um esforço para que essas pessoas ampliem cada vez mais suas informações sobre gestão do dinheiro, de modo a permitir planejamento e tomada de decisões adequados às suas reais necessidades. (SANTOS, 2009, p. 2)

Nessa perspectiva, já existe um Documento de Orientações para Educação Financeira nas Escolas⁹ (Plano Diretor da ENEF, 2010), que afirma que a Educação Financeira prepara as futuras gerações para desenvolver nelas as competências e habilidades necessárias para lidar com as decisões financeiras que tomarão ao longo de suas vidas. Esse documento foi elaborado com a participação do Ministério da Educação (MEC), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e outras instituições educacionais e financeiras ao longo de um ano, coordenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Além disso, em fase de discussões e críticas, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, tem-se o processo de elaboração da Base Nacional

⁹ O Documento de Orientações para Educação Financeira nas Escolas se encontra no portal Vida e Dinheiro, disponível em <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF1.pdf>> Acesso em: 21 maio 2014.

Comum Curricular (BNCC). As sugestões estão sendo recebidas via internet, sendo primeiro submetido à ampla consulta pública, e na sequência ao Conselho Nacional de Educação (CNE), com a proposta de redação final do texto até março de 2016.

No documento de apresentação da BNCC¹⁰ consta que sua proposta tem o sentido estratégico nas ações dos educadores e também dos gestores de educação do Brasil. Ressalta-se também, o papel da escola e sua importância para que a garantia dos direitos a educação sejam assegurados aos estudantes. Nesse documento são sinalizados percursos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes da Educação Básica, e dentre eles destacam-se:

- relacionar conceitos e procedimentos da cultura escolar àqueles do seu contexto cultural; articular conhecimentos formais às condições de seu meio e se basear nesses conhecimentos para a condução da própria vida, nos planos social, cultural, e econômico;
- identificar suas potencialidades, possibilidades, perspectivas e perspectivas, reconhecendo e buscando superar limitações próprias e de seu contexto, para dar a realidade a sua vocação na elaboração e consecução de seu projeto de vida pessoal e comunitária;
- participar ativamente da vida social, cultural e política, de forma solidária, crítica e propositiva, reconhecendo direitos e deveres, identificando e combatendo injustiças, e se dispondo a enfrentar ou mediar eticamente conflitos de interesse. (BNC, 2015, p. 9)

Sendo apresentada sua versão inicial, a base é o documento que vai definir e reformular o currículo mínimo para as 190 mil escolas de educação básica do país, com o objetivo de padronizar pelo menos 60% do currículo dessas escolas. Outro aspecto importante é a possibilidade de um diálogo com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que tem uma abordagem interdisciplinar na proposição dos conteúdos. Além disso, o ex-ministro da Educação Renato Janine, aponta dois caminhos que serão abertos com a BNCC: a mudança na formação inicial e continuada dos professores e a reformulação significativa do material didático. O Ministério de Educação, em seu portal¹¹ apoia a inserção da temática educação financeira na Educação Básica, salientando que o assunto está entre os temas da atualidade sugeridos para compor a BNCC.

¹⁰ Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>. Acesso: 8 fev. 2016.

¹¹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=34351:mec-apoia-insercao-da-tematica-educacao-financeira-no-curriculo-da-educacao-basica&catid=211&Itemid=86>. Acesso em: 7 de mar. 2016.

Nesse sentido, o autor Reinaldo Domingos, aponta em seu portal da internet¹², o real problema das dificuldades financeiras e do endividamento da população:

O real problema está na falta de educação financeira, a qual infelizmente nossa população sofre em todo o processo educacional. Como matemática, português, história, entre outras, as finanças também são fundamentais para o nosso desenvolvimento educacional e intelectual, entretanto, diferente das citadas, essa matéria não consta no currículo escolar da maioria das escolas, nem mesmo no ensino superior.

Por fim, a literacia financeira faz parte de uma educação para a cidadania. Assim, o ambiente escolar é propício para a formação de um aluno-cidadão, mais crítico, proativo e autônomo em relação às finanças, pois hábitos são moldados a partir de nossos conceitos, que começam na família e se estendem a escola.

3. Considerações Finais

Tendo em vista que a literacia financeira é um processo em constante mudança, e depende do contexto sócio, econômico, cultural e educacional, a formação financeira contribui para uma melhor qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo. Nesse sentido, alguns aspectos como o conhecimento, atitudes financeiras e comportamento, são fatores determinantes na literacia financeira. Portanto, o espaço escolar é propício para introduzir a literacia financeira e conduzir financeiramente as futuras gerações.

O apoio do MEC para a inserção do tema educação financeira na Educação Básica é um avanço. Quando afirma que um dos temas da atualidade sugeridos para compor a BNCC é a Educação Financeira, já há um posicionamento frente à inserção do assunto na Educação Básica. Entretanto, esse texto destaca que a Educação Financeira e a Matemática Financeiras se pensadas como disciplinas independentes e não como um conteúdo matemático, contribuirão para uma maior autonomia ao aluno. Segundo o autor Shefani (2005), a construção da autonomia faz parte de um processo constante, que começa na escola e acompanha o aluno na sua vida.

Cada indivíduo participante do processo de formação do ser humano tem uma parte de responsabilidade nesse processo de mudança pela qual a educação passa. E a Educação Financeira vem ser um elo entre várias áreas do conhecimento, no sentido de fazer com que trabalhem juntas e formem na epistemologia do aluno conceitos capazes de instrumentalizá-lo para a construção de sua autonomia. (STHEPANI, 2005, p.12).

¹² Disponível em: <<http://www.reinaldodomingos.com.br/artigos-sobre-educacao-financeira/so-a-educacao-financeira-pode-mudar-a-realidade-de-endividamento>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

Já a escola contemporânea precisa promover o ensino de saberes para que seus alunos melhor exerçam a cidadania com autonomia. Nessa direção, cidadãos instruídos em literacia financeira, estarão mais bem preparados para tomar as decisões a cada situação de seu dia-a-dia. Frente às recomendações legais, nos resta perguntar como a disciplina de Matemática Financeira, ou qualquer denominação correlata, está sendo tratada nos Cursos de Licenciatura em Matemática? Este é um tema de investigação a ser tratado em um próximo trabalho.

4. Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Federal nº 3.401-B, DE 2004**. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6B705ED6D669B15AC6CFF49AD55A7B68.node2?codteor=402709&filename=Avulso+-PL+3401/2004>. Acesso em: 9 fev. 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> . Acesso em: 20 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.

CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **PEIC – Nacional, de Endividamento e Inadimplência do Consumidor 2014**. Disponível em:

<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-31>. Acesso em: 23 jun. 2014.

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática: elo entre tradições e modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ENEF (2010). **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Portal Vida e Dinheiro.

Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF1.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2014.

ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira. Parte 2**. Portal Educar para Investir – Educação Financeira. Disponível em:

<<http://www.educarparainvestir.com.br/2015/02/estrategia-nacional-educacao-financeira-enef-educarparainvestir.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. 2005.

Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

SANTOS, Antônio José da Conceição. **Literacia Financeira - O caso dos alunos dos cursos da área financeira da Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE) do Instituto**

Politécnico de Setúbal (IPS). 2015. 80 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças). Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal. 2015.

SANTOS, L. R. **Educação Financeira na Agenda da Responsabilidade Social Empresarial**. Banco Central do Brasil, 2009 (Boletim de Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro). Disponível em:
<<https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200902.pdf>> Acesso: 17 fev. 2016.

STEPHANI, Marcos. **Educação Financeira**: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS: PUCRS, 2005.

STRIPLING, Barbara K. ERIC, 1992. In: **CTAP Information Literacy Guidelines K-12** . Disponível em: <http://ctap.fcoe.k12.ca.us/ctap/info_Lit/Guidelines.html>